



**Bloco de Esquerda**

*Grupo Parlamentar*

## PROJETO DE RESOLUÇÃO N.º 404/XV/1.<sup>a</sup>

### RECOMENDA AO GOVERNO QUE DÊ CUMPRIMENTO À CONTABILIZAÇÃO DAS AVALIAÇÕES DE SERVIÇO OBTIDAS PELOS EX- MILITARES PARA EFEITOS DE INTEGRAÇÃO NA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

O Orçamento do Estado para 2021 continha no seu artigo 22.º as normas para a “Contabilização da avaliação obtida pelos ex-militares das Forças Armadas após ingresso na Administração Pública”. Esse artigo estipulava que “Após ingresso na Administração Pública, as avaliações de serviço obtidas pelos ex-militares nos anos em que desempenharam funções nas Forças Armadas, são contabilizadas para efeitos de atribuição de posição remuneratória no âmbito do Sistema Integrado de Avaliação da Administração Pública (SIADAP), com as devidas adaptações”.

No entanto, apesar deste artigo ter sido publicado e ter força de lei, continua sem ser cumprido. Em resultado, muitos trabalhadores e trabalhadoras da administração pública encontram-se nos escalões de rendimento mais baixos da administração pública, apesar de terem prestado serviço militar durante vários anos anteriormente ao seu ingresso. E, mesmo não tendo sido concretizado, o Governo não introduziu o referido artigo 22.º nos orçamentos do estado dos anos seguintes.

Face a esta situação de injustiça, o Grupo Parlamentar do Bloco de Esquerda apresentou propostas de alteração aos orçamentos do estado para 2022 e para 2023 no sentido de reintroduzir o referido artigo 22.º contido no orçamento de estado para 2021. No entanto as propostas foram rejeitadas com o voto contra do Grupo Parlamentar do Partido Socialista na votação do OE2022 e OE2023 e da abstenção do Grupo Parlamentar do Chega no OE2023.

Refira-se ainda que a Provedora da Justiça emitiu 29 de dezembro de 2022 uma recomendação sobre a “Contabilização da avaliação obtida pelos ex-militares das Forças Armadas após ingresso na Administração Pública”. Nessa Recomendação n.º 1/A/2022, a Provedora de Justiça aborda, a pedido de muitos ex-militares que integraram a Administração Pública ao abrigo do sistema de incentivos à prestação de serviço militar nos regimes de contrato e de voluntariado, o não cumprimento do artigo n.º 22 do orçamento do estado para 2021 referente à contabilização, para efeitos de alteração de posição remuneratória, das avaliações de serviço obtidas nos anos em que desempenharam funções nas Forças Armadas.

As recomendações contidas no documento são muito claras. Citamos:

“Recomendo

a Vossas Excelências que sejam definidas as orientações para garantir a efetiva, uniforme e coerente aplicação do direito à contabilização das avaliações de serviço a todos os ex-militares por ele abrangidos.

Muito agradeço que, em cumprimento do disposto no n.º 2 do artigo 38.º do Estatuto do Provedor de Justiça, me seja comunicado, no prazo de 60 dias, o acatamento da presente Recomendação ou, porventura, os fundamentos do seu não acatamento.”

Há assim um tratamento de desigualdade salarial e de desrespeito pelos trabalhadores e trabalhadoras da administração pública que anteriormente foram militares, não sendo contabilizadas as suas avaliações. A presente proposta do Grupo Parlamentar visa garantir o cumprimento da medida que o próprio governo legislou e recusa implementar de garantir a contabilização das avaliações de serviço a estes ex-militares que integraram a administração pública.

Assim, ao abrigo das disposições constitucionais e regimentais aplicáveis, o Grupo Parlamentar do Bloco de Esquerda propõe que a Assembleia da República recomende ao Governo:

- Desenvolva os procedimentos necessário para o cumprimento da recomendação n.º 1/A/2022 da Provedora da Justiça e para o cumprimento do artigo 22.º do Orçamento do Estado para 2021 que estipula que após ingresso na Administração Pública, as avaliações de serviço obtidas pelos ex-militares nos anos em que desempenharam funções nas

Forças Armadas, são contabilizadas para efeitos de atribuição de posição remuneratória no âmbito do Sistema Integrado de Avaliação da Administração Pública (SIADAP), com as devidas adaptações.

Assembleia da República, 20 de janeiro de 2023.

As Deputadas e os Deputados do Bloco de Esquerda,

Joana Mortágua; Pedro Filipe Soares; Mariana Mortágua;

Catarina Martins; José Soeiro